

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2025.

***“DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE
CONTAS DE GOVERNO DO PODER
EXECUTIVO MUNICIPAL DE NOVA
ARAÇÁ-RS, REFERENTE AO
EXERCÍCIO DE 2022”.***

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Araçá-RS, no uso de suas atribuições legais, as quais lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, c/c o artigo 31, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprova o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o Parecer nº 22.877, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, em data de 31 de julho de 2024, favorável à aprovação das Contas de Governo dos administradores do Executivo Municipal de Nova Araçá-RS, referente ao exercício do ano de 2022.

Parágrafo único: As Contas de que trata este artigo são as constantes do Processo nº 000619-0200/22-6, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

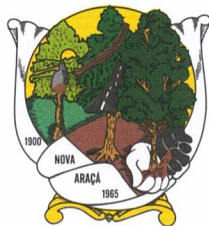
Art. 2º Eventuais despesas decorrentes da execução do presente Decreto Legislativo correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementada, caso necessário.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Araçá-RS, Sala das Sessões, em 12 de fevereiro de 2025.

André Dall Agnol

Presidente Legislativo



JUSTIFICATIVA

NOBRES VEREADORES

O presente Projeto de Decreto Legislativo trata sobre a aprovação ou não das contas de governo dos gestores municipais no exercício financeiro de 2022, Sr. Ademir Dal Pozzo e Vilmar Paulo Toazza.

No Parecer MPC nº 5001/2024, o Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como Procuradora Daniela Wendt Toniazzo, concluiu o que segue:

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) Multa ao Senhor ADEMIR DAL POZZO (Prefeito Municipal), por infringência de normas de administração financeira e orçamentária, com fulcro nos artigos 33, VII, e 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000, no artigo 135 da Resolução nº 1.028/2015 (RITCE) e no artigo 4º da Resolução TCE nº 1.142/2021.

2º) Parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas anuais do Senhor ADEMIR DAL POZZO (Prefeito Municipal), no exercício de 2022, com fundamento no artigo 75, II, do RITCE e no artigo 2º da Resolução nº 1.142/2021;

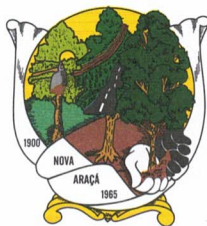
3º) Parecer favorável à aprovação das contas anuais do Senhor WILMAR PAULO TOAZZA (Vice-Prefeito), no exercício de 2022, com fundamento no artigo 75, I, do RITCE e no artigo 3º, parágrafo único, da Resolução nº 1.142/2021;

4º) Determinação à Administração Municipal para que encaminhe Projeto de Lei com um novo Plano de Amortização Atuarial, no qual os pagamentos referentes à Contribuição Patronal Suplementar promovam a redução do Déficit Atuarial a Amortizar e o “Resultado Atuarial após Plano de Amortização” esteja, ao final, próximo do equilíbrio, sob pena de parecer desfavorável.

5º) Recomendação ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o parecer.

O TCE, em análise ao Processo nº 000619-02.00/22-6, emitiu o Parecer nº 22.877, assim transcrito:



Estado do Rio Grande do Sul
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE NOVA ARAÇÁ

Quanto ao julgamento, entendo que o contexto descrito nos autos não compromete gravemente as contas anuais, sendo suficiente, como também entendeu a representante do Ministério Público de Contas, a emissão de Parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas anuais do Senhor Sr. Ademir Dal Pozzo (Prefeito Municipal). As ressalvas justificam-se pela ocorrência de falhas importantes, conforme fundamentado ao longo deste relatório e voto.

Em relação à proposição de multa pelo Agente Ministerial, deixo de acolher, em face da natureza do processo de Contas Anuais, cujo objetivo é a emissão de Parecer sobre as Contas do Administrador, nos termos regimentais.

Diante do exposto, voto:

a) pela emissão de parecer favorável, com ressalvas, à aprovação das contas anuais do Sr. Ademir Dal Pozzo (Prefeito Municipal), com fundamento no art. 75, inc. II, do RITCE;

b) pela emissão de parecer favorável à aprovação das contas anuais do Sr. Wilmar Paulo Toazza (Vice-Prefeito), com fundamento no art. 75, inc. I, do RITCE;

c) pela recomendação ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos;

d) seja dada ciência da decisão à Unidade Central de Controle Interno;

e) após o trânsito em julgado, seja o processo encaminhado ao Legislativo Municipal, com o devido Parecer para os fins legais.

É o voto.

A decisão da Segunda Câmara do TCE transitou em julgado em 30/11/2024.

O parágrafo 2º, do artigo 31, da Constituição Federal, assim prevê:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.



Estado do Rio Grande do Sul
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE NOVA ARAÇÁ

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

A Lei Orgânica Municipal, por sua vez, em seu artigo 19, parágrafo 2º, dispõe que:

Art. 19. A prestação de contas do município, referente a gestão financeira de cada exercício, será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de março do ano seguinte.

(...)

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Assim sendo, com o intuito de cumprir o estabelecido na Constituição Federal, bem como, na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno desta Casa Legislativa, submeto o presente Projeto de Decreto Legislativo à apreciação e votação dos Nobres Edis.

Nova Araçá-RS, Sala das Sessões, em 12 de fevereiro de 2025.

André Dall Agnol
André Dall Agnol

Presidente Legislativo